



Ministério Público
do Estado do Rio de Janeiro

CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICO SUPERIOR ADMINISTRATIVO

GABARITO

1

INSTRUÇÕES GERAIS

- Você recebeu do fiscal:
 - Um **caderno de questões** contendo 100 (cem) questões objetivas de múltipla escolha;
 - Um **cartão de respostas** personalizado.
- É responsabilidade do candidato certificar-se de que o nome do cargo e gabarito informado nesta capa de prova corresponde ao nome do cargo e gabarito informado em seu **cartão de respostas**.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no **caderno de questões** se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a Prova Objetiva. Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**. Este **tempo** inclui a marcação do **cartão de respostas**.
- Após o início da prova, será efetuada a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 01/2006 – Subitem 9.9 alínea **a**).
- Não** será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no **cartão de respostas**. (Edital 01/2006 – subitem 9.9 alínea **e**).
- Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **cartão de respostas** da Prova Objetiva e retirar-se da sala de prova (Edital 01/2006 – Subitem 9.9 alínea **c**).
- Somente será permitido levar seu **caderno de questões** ao final da prova, desde que permaneça em sala até este momento (Edital 01/2006 – Subitem 9.9 alínea **d**).
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente **assinado**.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do **responsável pelo local**.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas**. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata de Aplicação de Prova.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O **cartão de respostas NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



CRONOGRAMA PREVISTO

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Divulgação do gabarito – Prova Objetiva (PO)	26/03/2007	www.nce.ufrj.br/concursos
Interposição de recursos contra gabarito (RG) da PO	27 e 28/03/2007	www.nce.ufrj.br/concursos Fax: (21) 2598-3300
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra os RG da PO e o resultado preliminar das PO	24/04/2007	www.nce.ufrj.br/concursos
Demais atividades consultar Manual do Candidato ou pelo endereço eletrônico www.nce.ufrj.br/concursos		



NÚCLEO DE COMPUTAÇÃO ELETRÔNICA
Universidade Federal do Rio de Janeiro



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

Sustentabilidade, Consumo e Publicidade

Lisa Gunn

Nos últimos cinquenta anos, a população mundial mais do que dobrou, indo de 2,5 bilhões (1950) para 6 bilhões (2000). Durante esse mesmo período, a industrialização permitiu que o consumo aumentasse exponencialmente; como conseqüência, a poluição e o lixo também aumentaram. Já faz algum tempo que o planeta vem dando sinais de que não pode suportar o nosso modo de vida, e estudos indicam que hoje, mesmo com grande parte da população mundial excluída, já consumimos 20% por ano a mais de recursos naturais renováveis do que o planeta Terra é capaz de regenerar.

Ainda há uma dificuldade em relacionar os problemas ambientais aos nossos hábitos de consumo cotidianos. Quando compramos uma roupa, não pensamos nos agrotóxicos usados na plantação de algodão ou no trabalho escravo encontrado nas fazendas.

Entretanto, se queremos justiça social e preservação da natureza, vamos ter de mudar nossos hábitos de consumo.

Nossa sociedade é chamada de "sociedade de consumo" porque consumir se tornou uma atividade cotidiana que foi além da idéia inicial de satisfazer necessidades para se tornar até uma doença. Consumimos de forma impulsiva, e "ser alguém" passa a estar associado à posse de determinados produtos ou ao uso de determinados serviços.

O consumismo não existiria sem a publicidade, ferramenta fundamental para influenciar padrões de consumo, formar estilos de vida e, conseqüentemente, criar necessidades que, independentemente de serem físicas e biológicas, podem ser psicossociais. A publicidade é a ponte entre a produção e o consumo: demonstra a necessidade de se consumir um produto ou um serviço para que tenhamos certo estilo de vida ou possamos pertencer a determinada "tribo".

Precisamos desenvolver nossa capacidade de avaliar criticamente as peças publicitárias para evitar a manipulação da nossa liberdade de escolha.

As empresas devem compreender que a sustentabilidade – entendida como viabilidade econômica, justiça social e conservação ambiental –, somada à responsabilidade social empresarial, será atributo considerado essencial, e não apenas diferenciador.

In TRIGUEIRO, André. *Mundo Sustentável*.
S. Paulo: 2005, p. 39 (fragmento)

01 - O texto I, em sua linha de argumentação, defende a tese de que:

- (A) a publicidade, ponte entre a produção e o consumo, tem de levar em conta prioritariamente a justiça social;
- (B) o sinal de que o planeta não pode suportar nosso modo de vida é o grande percentual de excluídos;
- (C) o consumo que se dá de forma impulsiva é sintoma do grave desequilíbrio ambiental a que chegou o planeta;
- (D) a sustentabilidade e a responsabilidade social são ambas imprescindíveis às empresas nesse momento;
- (E) as necessidades de consumo de natureza psicossocial atestam a devastação de nosso meio ambiente.

02 - Segundo o texto I:

- (A) a publicidade gera necessidades artificiais;
- (B) o consumo não existiria sem a publicidade;
- (C) o consumo é uma atividade em si destrutiva;
- (D) a publicidade impede a avaliação crítica;
- (E) a sustentabilidade é antagônica à publicidade.

03 - Em diversos momentos do texto, a autora usou a primeira pessoa do plural para:

- (A) assumir a responsabilidade por suas idéias;
- (B) conferir um traço sentimental ao texto;
- (C) equiparar o leitor aos publicitários;
- (D) isentar a si mesma de responsabilidade;
- (E) tornar o leitor também responsável.

04 - A idéia que a palavra "exponencialmente" (l. 5) expressa está mantida em:

- (A) inversamente;
- (B) irreversivelmente;
- (C) intensamente;
- (D) minimamente;
- (E) adequadamente.

05 - O trecho "Durante esse mesmo período, a industrialização permitiu que o consumo aumentasse exponencialmente" (l. 3) contém dois verbos. O primeiro deles está empregado com o valor literal de:

- (A) consentir;
- (B) liberar;
- (C) possibilitar;
- (D) autorizar;
- (E) admitir.



06 - A palavra "entretanto", que inicia o 3º parágrafo, foi empregada para introduzir:

- (A) a exemplificação de uma idéia a partir de um novo argumento;
- (B) a contraposição a ser estabelecida entre uma solução e um problema;
- (C) o reforço de uma opinião polêmica anteriormente defendida;
- (D) a confirmação de uma idéia sugerida no parágrafo anterior;
- (E) a negação de uma tese contrária à que está sendo defendida.

07 - O primeiro parágrafo emprega por duas vezes a palavra "já". Seus valores morfológicos são idênticos, mas semanticamente se distinguem. A frase abaixo em que a palavra "já" está empregada com um terceiro valor semântico é:

- (A) A sociedade já teve atitudes mais firmes;
- (B) Se houver apagão, já sabemos o motivo;
- (C) Os estudos já estão publicados na imprensa;
- (D) Todos já começam a se preocupar com o futuro;
- (E) Faz já décadas que a poluição é grande.

08 - Na expressão "O consumismo não existiria sem a publicidade" (l. 27), o sintagma "sem a publicidade" relaciona-se com o verbo "existir" atribuindo-lhe um argumento:

- (A) concessivo;
- (B) condicional;
- (C) consecutivo;
- (D) explicativo;
- (E) temporal.

09 - A passagem "Precisamos desenvolver nossa capacidade de avaliar criticamente as peças publicitárias" (l. 36) emprega a preposição DE segundo os padrões prestigiados da língua. O mesmo poderia ser dito se a autora tivesse empregado as proposições:

- (A) a & em;
- (B) a & por;
- (C) com & por;
- (D) com & para;
- (E) em & para.

10 - Há uma correlação nos tempos verbais da frase "Entretanto, se queremos justiça social e preservação da natureza, vamos ter de mudar nossos hábitos de consumo" (l. 17). O verbo da oração entre vírgulas está no presente do indicativo, mas poderia ser colocado no futuro do subjuntivo. Caso isso fosse feito, uma das possibilidades de completar coerentemente a correlação seria:

- (A) ...vamos ter de mudar nossos hábitos de consumo;
- (B) ...teremos de mudarmos nossos hábitos de consumo;
- (C) ...mudaremos nossos hábitos de consumo;
- (D) ...ir-nos-emos mudar os hábitos de consumo;
- (E) ...mudar-nos-emos os hábitos de consumo.

11 - "Nossa sociedade é chamada 'sociedade de consumo' porque consumir se tornou uma atividade cotidiana" (l. 20). Assinale a opção que NÃO mantém na segunda oração a idéia causal:

- (A) ...conquanto consumir se tornou uma atividade cotidiana;
- (B) ...porquanto consumir se tornou uma atividade cotidiana;
- (C) ...visto que consumir se tornou uma atividade cotidiana;
- (D) ...uma vez que consumir se tornou uma atividade cotidiana;
- (E) ...que consumir se tornou uma atividade cotidiana.

12 - O emprego da palavra SE, em "a necessidade de se consumir um produto." (l. 33), é o mesmo que se encontra em:

- (A) Não se destrói assim uma vida;
- (B) Ninguém sabe se ele viajará;
- (C) Os dois se encararam com espanto;
- (D) Aos poucos se esqueceu das dores;
- (E) Nada poderemos fazer se faltares.

13 - A autora utiliza a palavra "tribo" (l. 35), valendo-se de um recurso de linguagem também presente em:

- (A) Chorei porque estava com raiva;
- (B) Ele está perdidamente apaixonado;
- (C) Machuqueei o céu da boca;
- (D) Elas falam pelos cotovelos;
- (E) Deixamos nossos trastes no hotel.



14 - As palavras "também" (l. 6), excluída" (l. 9) e "renováveis" (l. 11), respectivamente, recebem acento pelo mesmo motivo que:

- (A) éden – período – ministério;
- (B) convêm – conteúdo – anéis;
- (C) talismãs – lusíada – petróleo;
- (D) freguês – açai – jóquei;
- (E) parabéns – balaústre – deixá-las.

15 - Assim como está adequado o emprego de À antes de "responsabilidade" (l. 42), também está correto o uso do acento de crase em:

- (A) Solicitei à V.S^a a observância deste dispositivo;
- (B) Fomos chamados à prestigiar a solenidade à toa;
- (C) Para evitar à fraude, assinarei as carteiras à mão;
- (D) Compram comida à quilo e querem comer à jato;
- (E) À uma hora, assistiremos à chegada do novo chefe.

TEXTO II

Jovens Endividados

Vítimas do consumismo e do crédito fácil, eles gastam mais do que ganham e devem mais do que podem pagar. A conta sobra para os pais.

Camilo Vanuchi e Milton Gamez

A casa dos Vieira, no bairro paulistano Alto de Pinheiros, está sempre cheia. Aos 67 anos, o empresário José Vieira ainda divide o sofá da sala e a conta bancária com seus três filhos homens, todos com mais de 25 anos.

5 Dono de uma fábrica de peças de plástico, ele já se conformou com a idéia de viver para sempre com os rapazes. E, quem sabe, com as futuras noras e netos. "Se eles se casarem e vierem para cá com os filhos, serão bem-vindos", diz seu José.

10 Dos três irmãos, dois fazem parte de um grupo cada vez mais comum na família brasileira contemporânea. São os jovens endividados. Além de adiar a saída de casa, mesmo depois de terminar a faculdade e arrumar trabalho, esses moços e moças não conseguem ajudar nas

15 despesas de casa, nem tampouco pagar as próprias contas. Pior: acumulam dívidas. Muitos estão simplesmente falidos e entram na lista negra das entidades de proteção ao crédito. A fatia dos jovens no universo dos inadimplentes cresce de forma assustadora: 10% deles

20 têm até 20 anos e 39% têm idade entre 21 e 30 anos (sim, os balzaquianos também são considerados jovens nos dias de hoje). Juntos, os consumidores até 30 anos foram responsáveis por 49% dos calotes dados em 2006 junto a bancos, administradoras de cartão de crédito e

25 financeiras. Em 2005 somaram 44%. Os dados foram divulgados pela Telecheque. "Os jovens tiveram acesso ao crédito fácil demais nos últimos dois anos. Ficaram deslumbrados e perderam o controle", diz Antônio Praxedes, vice-presidente da Telecheque.

Revista Isto É, 24/01/2007, p. 64-5 (fragmento)



16 - Segundo o texto, a causa do endividamento dos jovens é:

- (A) a atitude acolhedora dos pais que os mantêm no conforto do lar;
- (B) a estrutura da família contemporânea que gasta mais do que ganha;
- (C) as restrições impostas pelos bancos para eles quitarem as dívidas;
- (D) a necessidade de ajudar nas despesas da casa ao término da faculdade;
- (E) a facilidade de obtenção de crédito junto às instituições financeiras.

17 - Em sua estrutura discursiva, o texto II:

- (A) analisa primeiro a situação geral para num segundo momento expor casos particulares;
- (B) apresenta opiniões que se contrapõem e as sustenta com exemplos e relatos;
- (C) começa sua argumentação apontando as causas do problema para posteriormente dar soluções;
- (D) narra exemplos da situação em foco para em seguida formular uma hipótese;
- (E) justifica com dados numéricos um questionamento feito na introdução.

18 - "Muitos estão simplesmente falidos" (l. 16). O indefinido empregado nesse trecho serve para retomar o termo:

- (A) consumidores;
- (B) balzaquianos;
- (C) moços e moças;
- (D) três irmãos;
- (E) bancos e financeiras.

19 - "Os jovens ficaram deslumbrados e perderam o controle", diz José Antônio Praxedes.

A frase acima exemplifica o uso do discurso direto. Transpondo-a para o discurso indireto e evitando-se o emprego do verbo "dizer", uma das possibilidades de reescritura, segundo a língua padrão, é:

- (A) José Antônio Praxedes afirma de que os jovens ficaram deslumbrados e perderam o controle;
- (B) José Antônio Praxedes resume: os jovens ficaram deslumbrados e perderam o controle;
- (C) É que os jovens ficaram deslumbrados e perderam o controle – define José Antônio Praxedes;
- (D) Opina José Antônio Praxedes que os jovens ficaram deslumbrados e perderam o controle;
- (E) José Antônio Praxedes fala em jovens que ficaram deslumbrados e perderam o controle.

20 - Ao falar sobre o assunto, Praxedes utiliza o conectivo E para ligar os segmentos "ficaram deslumbrados" e "perderam o controle" (l. 27). Há duas relações entre esses dois segmentos: uma de adição, e outra de:

- (A) comparação;
- (B) oposição;
- (C) proporcionalidade;
- (D) causalidade;
- (E) finalidade.

21 - O primeiro sintagma do texto é "A casa dos Vieira", expressão que está sinonimizada de acordo com os padrões da linguagem culta em todas as alternativas abaixo, EXCETO:

- (A) A residência dos Vieira;
- (B) O domicílio dos Vieiras;
- (C) A habitação da família Vieira;
- (D) A morada dos Vieira;
- (E) O reconditório do clã Vieira.



22 - Ao empregarem o advérbio SIM no trecho colocado entre parênteses (l. 20), os autores pretendem:

- (A) reiterar uma informação presente anteriormente no texto;
- (B) justificar uma informação aparentemente fora do senso comum;
- (C) antecipar uma resposta a uma dúvida típica dos jovens;
- (D) propor uma pausa para reflexão sobre o assunto discutido;
- (E) dar ênfase a uma idéia que fundamenta a argumentação do texto.

23 - Nesse mesmo trecho, a inversão da ordem das palavras poderia modificar seu conteúdo. É o que ocorre em:

- (A) Os balzaquianos também são considerados jovens nos dias de hoje, sim;
- (B) Sim, nos dias de hoje, os balzaquianos são considerados jovens também;
- (C) Nos dias de hoje, os balzaquianos também são considerados jovens, sim;
- (D) Também são considerados jovens, nos dias de hoje, os balzaquianos, sim;
- (E) Sim, também nos dias de hoje os balzaquianos são considerados jovens.

24 - O texto fornece informações sobre o empresário José Vieira. A estrutura sintática que reúne algumas delas numa única frase está adequada aos padrões formais da língua, EXCETO em:

- (A) O empresário, que divide o sofá da sala com seus três filhos, tem 67 anos;
- (B) Os filhos, cuja conta bancária é conjunta com o pai, moram com ele no Alto de Pinheiros;
- (C) São três os filhos de Vieira, a quem ele se diz conformado em viver;
- (D) Morar para sempre com os filhos é uma idéia por que o empresário não sente rejeição;
- (E) A fábrica cujo dono tem 67 anos e se chama José Vieira vende peças de plástico.

25 - "Os jovens tiveram acesso ao crédito fácil demais nos últimos dois anos" (l. 26). Sobre o trecho transcrito, é correto afirmar que o sintagma "fácil demais":

- (A) se relaciona com o substantivo "crédito", mas gera ambigüidade por também poder se relacionar com o substantivo "acesso";
- (B) se relaciona com o substantivo "acesso", mas seu posicionamento gera ambigüidade por também poder se relacionar com o substantivo "crédito";
- (C) se relaciona com o substantivo "crédito", mas seu posicionamento gera polissemia por também poder se relacionar com o substantivo "acesso";
- (D) se relaciona com o substantivo "acesso", mas seu posicionamento gera polissemia por também poder se relacionar com o substantivo "crédito";
- (E) se relaciona igualmente com os substantivos "crédito" e "acesso", sem que seu posicionamento gere ambigüidade ou polissemia.

26 - "Além de adiar a saída de casa, mesmo depois de terminar a faculdade e arrumar trabalho, esses moços e moças não conseguem ajudar nas despesas da casa, nem tampouco pagar as próprias contas" (l. 12).

Os verbos transitivos desse trecho estão seguidos de complementos, que podem ser substituídos por pronomes oblíquos. A única substituição que se enquadra no padrão prestigiado de linguagem é:

- (A) além de adiar a saída de casa = adiar-lhes;
- (B) depois de terminar a faculdade = terminar-la;
- (C) e arrumar trabalho = arrumá-lo;
- (D) ajudar nas despesas = ajudar-lhes;
- (E) pagar as próprias contas = pagar-lhes.

27 - Os verbos da frase "Se eles se casarem e vierem para cá com os filhos, serão bem-vindos" (l. 7) estão no futuro simples. Uma das opções abaixo transpõe corretamente os três verbos para suas formas compostas equivalentes. Assinale-a:

- (A) tiverem casado – houverem vindo – terão sido;
- (B) tivessem casado – houvessem vindo – hão sido;
- (C) houverem casado – tiverem vindo – serão tidos;
- (D) estiverem casados – forem vindo – ficarão sendo;
- (E) houvessem casado – tivessem vindo – teriam sido.



28 - "Dos três irmãos, dois fazem parte de um grupo cada vez mais comum na família brasileira contemporânea" (l. 10).

Assinale a única opção em que a palavra "mais" está empregada com o mesmo valor gramatical da frase acima:

- (A) Eu espero por você o tempo que for; nós vamos estar juntos mais uma vez;
- (B) Não tenho mais dinheiro, atraso o aluguel, não compro alimento;
- (C) Estou tão cansado, mas não pra dizer que não acredito mais em você;
- (D) Espero que aquela jura não tenha ido para mais ninguém;
- (E) E quando o inverno tristonho chegar mais amor eu vou ter pra lhe dar.

29 - Em "entram na lista negra das entidades de proteção **ao crédito**" (l. 17), o sintagma em negrito tem a mesma função sintática que o termo destacado em:

- (A) "... José Vieira ainda divide o sofá **da sala...**" (l. 3);
- (B) "Além de adiar a saída **de casa.**" (l. 12);
- (C) "...entram na lista negra **das entidades...**" (l. 17);
- (D) "...universo **dos inadimplentes** cresce..." (l. 18);
- (E) "...Antônio Praxedes, vice-presidente **da Telecheque.**" (l. 29).

30 - O adjetivo que os autores utilizam no título é uma das palavras que costumeiramente geram dúvidas ortográficas. Nos casos abaixo, a grafia de ambas as palavras só está correta em:

- (A) mantegueira / aterrissagem;
- (B) cataclismo / adivinhar;
- (C) mortadela / meretíssimo;
- (D) entitulado / embutido;
- (E) prostração / beneficiante.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Considere que as questões a seguir referem-se a um computador com uma instalação padrão do sistema operacional Microsoft Windows XP Professional e uma instalação completa do Microsoft Office 2003.

31 - Considere o arquivo de nome ARQ.DOC que está na raiz do drive C:, e considere que o drive C: não está compartilhado. Uma forma de permitir que outros usuários de sua empresa tenham acesso somente para leitura a este arquivo (c:\arq.doc) através da rede é:

- (A) apenas dar permissão de acesso "Leitura" ("read only") para "Todos" ("everyone") neste arquivo, pois nesse caso não é necessário que o arquivo esteja compartilhado;
- (B) dar permissão de acesso "Controle Total" ("full control") para "Todos" ("everyone") neste arquivo e compartilhar o drive C: somente com opção de "Leitura" ("read only"), pois nesse caso o acesso pela rede será só de leitura;
- (C) dar permissão de acesso "Controle Total" ("full control") para "Todos" ("everyone") neste arquivo e compartilhar o drive C: com opção "Controle Total" ("full control"), pois o acesso pela rede será sempre de leitura somente;
- (D) obrigatoriamente copiá-lo para outro drive, pois no drive C:\ não é possível liberar o acesso de nenhuma forma, para nenhum arquivo;
- (E) remover todas as permissões de acesso ao arquivo e então fazer somente o compartilhamento "Controle Total" ("full control").



32 - Considere as afirmativas abaixo relacionando possíveis modos de executar o programa NOTEPAD.EXE, que faz parte do Microsoft Windows XP:

- I. Entrar no menu “Iniciar”, clicar em “Executar”, digitar “notepad.exe”, clicar “OK”;
- II. Abrir o Windows Microsoft Internet Explorer, digitar no campo de endereço “http://notepad.exe”, teclar “enter”;
- III. Clicar em espaço vazio do desktop com o botão direito do mouse, clicar em “Novo”, clicar em “Pasta”.

A(s) afirmativa(s) correta(s) é/são somente:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

33 - Ao surgir a dúvida de que um programa não desejado está executando em um computador, pode-se lançar mão de um programa utilitário para ver a lista de todos os processos que estão sendo executados. Esse programa utilitário padrão que acompanha o Windows XP é o:

- (A) Windows Explorer (explorer.exe);
- (B) Gerenciador de usuários (user.exe);
- (C) Programas em Memória (pmem.exe);
- (D) Remote Desktop Connection (mstsc.exe);
- (E) Gerenciador de Tarefas (taskmgr.exe).

34 - Considere a seguinte seqüência de comandos aplicados a um arquivo: abrir a pasta (folder) que contém o arquivo em questão, selecionar o arquivo, teclar Control-C (as teclas control e C simultaneamente), abrir outra pasta, teclar Control-V (as teclas control e V simultaneamente). Ocorrerá que o arquivo:

- (A) será aberto para visualização de seu conteúdo;
- (B) será removido do computador;
- (C) será removido da pasta em que estava e será copiado para a segunda pasta aberta, passando a fazer parte apenas desta segunda pasta;
- (D) será copiado da pasta em que estava para a segunda pasta aberta, passando a fazer parte das duas pastas;
- (E) terá sua extensão modificada para “.cpy”.

35 - Um documento criado no Microsoft Word 2003 pode ter suas páginas numeradas através do uso de cabeçalhos e rodapés. Um dos métodos para que essa numeração não apareça na primeira página (capa) de um documento que não utiliza seções, a partir de um comando do Word, é:

- (A) entrar no menu “Configurar página” (“Page Setup”) e nas opções de cabeçalhos e rodapés selecionar a opção “Diferente na primeira página” (“Different first page”) e criar cabeçalhos e rodapés customizados para a capa;
- (B) entrar no menu “Opções” (“Options”) e selecionar a opção “Usar cabeçalhos e rodapés inteligentes” (“Use smart headers and footers”) para que automaticamente os cabeçalhos e rodapés fiquem invisíveis na primeira página;
- (C) não é possível fazer isso a partir de um comando do Word, somente criando dois arquivos, um para a capa e outro para o resto do texto;
- (D) selecionar somente os cabeçalhos e rodapés da primeira página e marcar o atributo “Não mostrar cabeçalhos e rodapés” (“Hide headers and footers”);
- (E) selecionar todo o texto da primeira página, entrar no menu “Parágrafo” (“Paragraph”) e escolher a opção “Esconder rodapé” (“Hide Footer”).

36 - Uma das formas de converter uma planilha do Microsoft Excel 2003 para o formato “html”, usando o próprio Excel 2003, é:

- (A) entrar em “ferramentas”, escolher a opção “gerar como página web”, selecionar o servidor web destino e salvar;
- (B) entrar em “formato”, escolher a opção “auto formatar”, selecionar “formato web” e salvar;
- (C) entrar em “Inserir”, escolher “formato web” e salvar;
- (D) abrir o documento no Excel 2003 e escolher a opção “salvar como”, optando pelo tipo “htm” ou “html”;
- (E) não é possível realizar essa operação usando o Excel 2003, somente através de outros produtos.



37 - No Microsoft Excel 2003, um modo de imprimir apenas uma parte de uma planilha é:

- (A) entrar em “Editar”, escolher “Área de impressão”, escolher “selecionar células”;
- (B) entrar em “Exibir”, escolher “Visualizar área de impressão” e definir a faixa de linhas e colunas;
- (C) entrar em “Janela”, escolher “Criar janela de impressão” e selecionar as linhas e colunas desejadas;
- (D) selecionar o grupo de linhas e colunas que se deseja imprimir, entrar em “Arquivo”, entrar em “Área de impressão”, e escolher “Definir área de impressão”;
- (E) não é possível definir isso dentro do Excel, ou seja, uma planilha deve ser sempre impressa completa.

38 - Considere um computador instalado com Microsoft Windows XP e Microsoft Internet Explorer 6.0. Dois usuários, JOAO e JOSE usam esse computador, cada um com seu próprio username, tendo cada um seu perfil de usuário (profile). Com relação aos endereços favoritos salvos, pode-se afirmar que:

- (A) a característica de salvar endereços favoritos não está ainda disponível no Internet Explorer 6.0, somente no Firefox e no Internet Explorer 7.0;
- (B) ao consultarem a lista de endereços favoritos no Internet Explorer, JOSE e JOAO conseguem ver todos os endereços, não importando se foram salvos por um ou por outro;
- (C) ao salvar os endereços favoritos, cada usuário deve informar se estes serão colocados disponíveis para outro usuário; portanto, os favoritos de JOAO só estarão disponíveis para JOSE caso JOAO assim defina ao salvar o endereço;
- (D) ao verificar os endereços favoritos no Internet Explorer, JOSE vê apenas os endereços salvos por ele e não vê os endereços salvos por JOAO;
- (E) os endereços favoritos não são salvos de uma sessão para outra, ficando disponíveis apenas enquanto o computador não for reinicializado.

39 - Normalmente em uma empresa é comum que uma mensagem eletrônica seja enviada para um grupo de destinatários de forma que um não possa ver quais os outros que receberam a mensagem. Utilizando o Microsoft Outlook Express 6, pode-se realizar essa operação:

- (A) adicionando esse grupo de usuários ao campo “Cc:” da mensagem;
- (B) adicionando esse grupo de usuários ao campo “Cco:” da mensagem;
- (C) adicionando esse grupo de usuários ao campo “Para:” da mensagem;
- (D) incluindo esses usuários em um grupo local sem privilégios de leitura no disco do servidor e enviando a mensagem para esse grupo;
- (E) essa operação não pode ser realizada no Outlook Express 6, apenas em outras versões do Office.

40 - Ao enviar uma nova mensagem eletrônica usando o Microsoft Outlook Express 6, um dos campos que o usuário deve preencher é o campo “Assunto”. Com relação a esse campo, pode-se afirmar que:

- (A) é sempre de preenchimento obrigatório;
- (B) não é de preenchimento obrigatório caso a mensagem seja enviada para o correio interno da empresa, mas é de preenchimento obrigatório caso seja enviada para um endereço externo;
- (C) não é de preenchimento obrigatório caso a mensagem seja enviada para um endereço externo, mas é de preenchimento obrigatório caso seja enviada para o correio interno da empresa;
- (D) não é de preenchimento obrigatório;
- (E) não está disponível no Microsoft Outlook Express 6.



ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

41 - Quanto aos membros do Ministério Público, é INCORRETO afirmar que:

- (A) não será promovido aquele que retiver os autos em seu poder, injustificadamente, além do prazo legal;
- (B) têm prioridade em qualquer serviço de transporte ou comunicação, público ou privado, quando em atividade institucional de caráter urgente;
- (C) devem residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do Corregedor-Geral do Ministério Público;
- (D) devem atender às autoridades e aos interessados, a qualquer momento, nos casos e situações urgentes;
- (E) devem manter informado o Procurador-Geral dos meios para sua localização, mesmo durante férias ou licença.

42 - Incumbe ao Promotor de Justiça, EXCETO:

- (A) promover exclusivamente a ação penal;
- (B) adotar as medidas necessárias para defesa dos interesses sociais, considerada a gestão responsável das finanças públicas;
- (C) comunicar ao Tribunal de Justiça falta disciplinar do juiz com quem atua;
- (D) exercer o controle externo da atividade policial;
- (E) sugerir à Câmara de Vereadores edição de leis referentes à proteção do meio ambiente.

43 - O Corregedor-Geral do Ministério Público:

- (A) será escolhido entre os membros vitalícios do Ministério Público, em eleição direta do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça;
- (B) possui atribuição originária para ajuizar ação penal contra membro do Ministério Público, desde que o crime também seja considerado infração disciplinar;
- (C) possui atribuição para aplicar, entre outras, as penas de advertência e, antes do vitaliciamento, de demissão ao membro do Ministério Público;
- (D) pode admitir e desligar estagiários, na forma de resolução editada pelo Procurador-Geral de Justiça;
- (E) será substituído, em casos de suspeição, pelo Subcorregedor-Geral mais antigo.

44 - Sobre a autonomia financeira do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) em sua proposta orçamentária, deve obedecer os limites estabelecidos no plano plurianual;
- (B) caso o Ministério Público não apresente sua proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei, será considerada a proposta do Tribunal de Justiça;
- (C) só é permitido ao Poder Legislativo pronunciar-se sobre a proposta orçamentária do Ministério Público, sendo vedado ao Poder Executivo exercer qualquer forma de controle;
- (D) em hipótese alguma é permitido ao Ministério Público, durante a execução orçamentária do exercício, realizar despesas ou assumir obrigações que extrapolem os limites estabelecidos em lei;
- (E) os recursos próprios, não originários do Tesouro Estadual, serão utilizados em programas vinculados às finalidades da instituição, vedada outra destinação.

45 - Considerando-se o regime jurídico do Ministério Público, é correto afirmar que:

- (A) o período de férias é contado para efeito de vitaliciamento;
- (B) o prazo de vitaliciamento é de 3 anos;
- (C) os critérios para vitaliciamento são idoneidade moral, zelo funcional e eficiência;
- (D) a proposta de vitaliciamento é formulada por uma comissão;
- (E) o recurso contra decisão de vitaliciamento, ou não, é julgado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

46 - Quanto ao Procurador-Geral de Justiça, analise as afirmativas a seguir:

- I - Tem assento no Tribunal Regional Eleitoral e no Órgão Especial do Tribunal de Justiça.
- II - Pode interpor recurso contra decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça, mesmo que do julgamento tenha participado um Procurador de Justiça.
- III - Possui atribuição para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- IV - Possui atribuição para requisitar autos arquivados, relacionados à prática de infração penal, ou de ato infracional atribuído a adolescente, promover seu desarquivamento e, se for o caso, oferecer denúncia ou representação, ou designar outro órgão do Ministério Público para fazê-lo.
- V - Não pode ter suas atribuições de órgão de execução delegadas.



A(s) afirmativa(s) correta(s) é/são somente:

- (A) II;
- (B) II e IV;
- (C) III e IV;
- (D) II, IV e V;
- (E) I, II, III, IV e V.

47 - Tendo o servidor do Ministério Público, ocupante de cargo efetivo, desobedecido a ordem legal de seu superior e, após ser repreendido, desobedecido novamente a ordem de igual teor, deve ser:

- (A) novamente repreendido, dessa vez por escrito;
- (B) destituído da função;
- (C) advertido;
- (D) suspenso;
- (E) posto em disponibilidade.

48 - Acerca da estrutura do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) o Conselho Superior do Ministério Público é composto por 4 Promotores de Justiça e 4 Procuradores de Justiça, eleitos por seus pares, e também pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público;
- (B) o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça é composto pelos 20 Procuradores de Justiça mais antigos;
- (C) o Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça ativos, incluídos os afastados;
- (D) o Corregedor-Geral do Ministério Público é eleito pelo Colégio de Procuradores de Justiça, dentre os Procuradores de Justiça;
- (E) o Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo Governador do Estado entre os 3 Procuradores de Justiça mais votados pelos Promotores e Procuradores de Justiça.

49 - Quanto à prescrição da pena administrativa disciplinar, nos termos do Decreto Estadual 2.479/79, é correto afirmar que:

- (A) é interrompida pela citação/intimação do servidor no processo administrativo disciplinar;
- (B) é de 2 anos para as penas de advertência e repreensão e de 5 anos para as demais;
- (C) é de 5 anos para todas as penas;
- (D) prescreve juntamente com o crime, se a falta estiver também prevista como crime;
- (E) nunca prescreve, ante a prevalência do interesse público sobre o interesse particular.

50 - Para efeito de concessão de pensão por morte de servidor do Ministério Público, NÃO é considerado dependente:

- (A) esposa;
- (B) pai inválido que viva sob a dependência econômica do segurado;
- (C) menor sob a guarda do segurado;
- (D) irmão órfão de pai e mãe, de 17 anos de idade, que dependa economicamente do segurado;
- (E) enteado que receba pensão pela morte do respectivo pai.

51 - De acordo com o que dispõe o Decreto estadual 2.479/79, é correto afirmar que:

- (A) reintegração é o retorno ao serviço público do servidor aposentado;
- (B) transferência é a mudança de um servidor de uma cidade para outra para exercer a mesma função;
- (C) aproveitamento é o retorno ao serviço público do funcionário colocado em disponibilidade;
- (D) readaptação é a utilização do servidor em função mais compatível com seu grau de qualificação profissional;
- (E) nomeação é o ato que dá posse ao servidor.



52 - São órgãos da Administração Superior do Ministério Público:

- (A) a Procuradoria-Geral de Justiça, a Corregedoria-Geral do Ministério Público e as Procuradorias de Justiça;
- (B) a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça e os Centros de Apoio Operacional;
- (C) o Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público, o Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público;
- (D) a Procuradoria-Geral de Justiça, a Corregedoria-Geral do Ministério Público e a Secretaria-Geral do Ministério Público;
- (E) a Procuradoria-Geral de Justiça, a Corregedoria-Geral do Ministério Público e o Conselho Superior do Ministério Público.

53 - É considerado dependente econômico para efeito de concessão de pensão por morte de servidor do Ministério Público:

- (A) o assim declarado na declaração de imposto de renda;
- (B) o assim declarado em escritura pública, com firma reconhecida;
- (C) o que não possuir renda superior a um salário mínimo nacional;
- (D) o que não possuir renda superior a um terço da remuneração do segurado;
- (E) o que não possuir qualquer renda.

54 - A previdência social do Ministério Público, nos termos da Lei estadual 3.308/99 e do Decreto estadual 2.479/79, assegura os meios indispensáveis de manutenção a seus participantes e dependentes, através dos seguintes meios, EXCETO:

- (A) aposentadoria voluntária;
- (B) auxílio-acidente;
- (C) pensão por morte;
- (D) aposentadoria por invalidez;
- (E) pecúlio pós-morte.

55 - A aplicação das penas disciplinares de suspensão e demissão, impostas aos servidores do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, compete respectivamente, às seguintes autoridades:

- (A) Secretário-Geral e Corregedor-Geral do Ministério Público;
- (B) Corregedor-Geral do Ministério Público e Procurador-Geral de Justiça;
- (C) Procurador-Geral de Justiça, em ambos os casos;
- (D) Secretário-Geral, em ambos os casos;
- (E) Secretário-Geral e Procurador-Geral de Justiça.

56 - Quanto ao exercício irregular das funções, é correto afirmar que:

- (A) a ação para apuração da responsabilidade civil do Promotor de Justiça incumbe ao Procurador-Geral de Justiça;
- (B) se ao final do processo criminal não for aplicada pena ao servidor, não pode este ser punido administrativamente;
- (C) o Promotor de Justiça responde civilmente quando atua com dolo ou culpa;
- (D) apurada a responsabilidade civil do servidor por má-fé, o ressarcimento pode ser feito mediante desconto parcelado em folha;
- (E) a responsabilidade administrativa do Promotor de Justiça é apurada através de processo instaurado pela Corregedoria-Geral.



57 - Quanto às funções e atribuições dos Promotores e Procuradores de Justiça, analise as afirmativas a seguir:

- I - O Promotor de Justiça somente atua perante os juízes de primeiro grau.
- II - Os Procuradores de Justiça somente atuam perante os Tribunais de segundo grau, inclusive em matéria eleitoral.
- III - Os Promotores de Justiça podem ser lotados provisoriamente em Procuradorias de Justiça, em caso de incontornável necessidade de serviço, mediante designação do Conselho Superior do Ministério Público.
- IV - Aos Procuradores de Justiça incumbe correição permanente da atuação dos Promotores de Justiça.
- V - Os Procuradores de Justiça possuem atribuição exclusiva para a interposição de recursos ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.

A(s) afirmativa(s) correta(s) é/são somente:

- (A) IV;
- (B) I e IV;
- (C) III e IV;
- (D) I, II, e III;
- (E) I, III e V.

58 - Durante o curso do procedimento administrativo disciplinar, o servidor público estadual, nos termos do Decreto Estadual 2.479/79:

- (A) não pode ser suspenso preventivamente;
- (B) pode ser suspenso preventivamente, como forma de punição;
- (C) pode ser suspenso preventivamente, para não prejudicar a apuração, pelo prazo máximo de 30 dias;
- (D) pode ser suspenso preventivamente, para não prejudicar a apuração, com direito a contagem do tempo de serviço em caso de aplicação de pena de repreensão;
- (E) pode ser suspenso preventivamente apenas se ainda estiver em estágio probatório.

59 - São participantes obrigatórios do regime de previdência social do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro:

- (A) os membros do Ministério Público;
- (B) os servidores do Ministério Público;
- (C) os membros e servidores do Ministério Público, ativos e inativos, bem como os beneficiários de pensão por morte;
- (D) os membros e servidores do Ministério Público, ativos e inativos, bem como os respectivos consortes e companheiros, na qualidade de dependentes;
- (E) a esposa, o marido, a companheira, o companheiro e os filhos de qualquer condição, desde que solteiros, enquanto menores de 21 anos, não emancipados, ou até 24 anos, se estudantes universitários, ou maiores, se inválidos ou interditos.

60 - De acordo com as normas constitucionais acerca do Conselho Nacional do Ministério Público, é correto afirmar que:

- (A) cabe-lhe rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;
- (B) exclui-se de suas atribuições a possibilidade de aplicação das sanções de remoção, disponibilidade ou aposentadoria;
- (C) cabe-lhe elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, remetendo-o diretamente ao Congresso Nacional;
- (D) é um órgão de controle interno a quem cabe precipuamente, entre outras atribuições, o exame das contas dos diversos ramos do Ministério Público;
- (E) é composto por dez membros, cada qual com mandato de dois anos, permitida uma recondução.



DIREITO CONSTITUCIONAL

61 - Considerando a teoria da Constituição (conceitos, classificações e supremacia), é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) o sistema das constituições rígidas assenta numa distinção primacial entre poder constituinte e poderes constituídos, disso resultando a superioridade e intangibilidade da obra do poder constituinte pelos atos dos poderes constituídos;
- (B) a hierarquia jurídica se estende da norma constitucional às normas inferiores (leis, decretos, regulamentos), tendo como consequência o reconhecimento da superlegalidade constitucional;
- (C) o órgão legislativo, ao derivar da Constituição sua competência, não pode obviamente introduzir no sistema jurídico leis contrárias às disposições constitucionais;
- (D) as leis que contrariam a supremacia constitucional se reputam sem validade, inconsistentes com a ordem jurídica estabelecida;
- (E) a Constituição deve ser entendida como a lei fundamental e suprema de um Estado, que contém normas referentes à estruturação do Estado, à formação dos poderes públicos, forma de governo e aquisição do poder de governar, distribuição de competências, direitos, garantias e deveres dos cidadãos.

62 - Acerca da teoria da Constituição (conceitos, classificação e supremacia), é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) o controle de constitucionalidade é uma consequência da rigidez constitucional;
- (B) as constituições populares ou democráticas são aquelas que exprimem em toda a extensão o princípio da vontade soberana do povo;
- (C) o sistema de constituição consuetudinária é refratário ao conceito de rigidez constitucional, o qual estabelece a superioridade das normas constitucionais;
- (D) as constituições se fizeram volumosas e inchadas em consequência, entre várias causas, do sentimento de que a rigidez constitucional é anteparo ao exercício discricionário da autoridade;
- (E) a constituição material consiste no conjunto de regras materialmente constitucionais, estejam ou não codificadas em um único documento.

Leia atentamente e responda às questões de **63** a **65**.

O Promotor de Justiça Criminal da Comarca de Campos requisitou instauração de inquérito policial tendente à apuração de crime de desobediência, em tese praticado por Gilmar, diretor da penitenciária estadual de Campos, em virtude de alegado descumprimento de ordem judicial de interdição da penitenciária sob sua direção. Inconformado, Gilmar impetra habeas corpus objetivando controlar a legalidade da instauração do inquérito.

63 - O órgão jurisdicional competente para processamento e julgamento da pretensão de Gilmar é:

- (A) Superior Tribunal de Justiça;
- (B) Tribunal Regional Federal;
- (C) Juízo criminal federal de Campos;
- (D) Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- (E) Supremo Tribunal Federal.

64 - Julgado procedente o *habeas corpus* de Gilmar, o Ministério Público, inconformado com as questões de direito debatidas, impugnou a decisão proferida, sustentando ter esta contrariado o Código de Processo Penal. A medida judicial empregada pelo MP e o órgão jurisdicional competente para seu processamento e julgamento foram:

- (A) recurso especial / Superior Tribunal de Justiça;
- (B) recurso extraordinário / Supremo Tribunal Federal;
- (C) apelação / Juízo criminal de Campos;
- (D) apelação criminal / Tribunal Regional Federal;
- (E) arguição de descumprimento de preceito fundamental / Supremo Tribunal Federal.

65 - O órgão de execução do Ministério Público dotado de atribuição para adoção da medida referida na questão anterior é:

- (A) Procurador-Geral de Justiça;
- (B) Procurador Regional da República que oficiou na medida judicial proposta por Gilmar;
- (C) Procurador de Justiça que oficiou na medida judicial proposta por Gilmar;
- (D) Promotor de Justiça que requisitou a instauração do inquérito policial;
- (E) Procurador da República que oficiou na medida judicial proposta por Gilmar.



66 - Acerca do Poder Legislativo, assinale a alternativa correta:

- (A) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal podem convocar Ministros dos Tribunais Superiores para prestarem informações, configurando a ausência injustificada crime de responsabilidade;
- (B) as Comissões do Senado Federal podem convocar membros do Ministério Público dos Estados para prestarem informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de crime de responsabilidade em caso de ausência injustificada;
- (C) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal poderão convocar Ministros de Estado para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de exoneração em caso de ausência injustificada;
- (D) as Comissões do Senado Federal podem convocar membros do Ministério Público Federal para prestarem informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de crime de responsabilidade em caso de ausência injustificada;
- (E) as Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão convocar Ministros de Estado para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de crime de responsabilidade em caso de ausência injustificada.

Leia atentamente e responda às questões **67** e **68**.

José Afonso, servidor do MPERJ, recebeu de seu Chefe determinação para aquisição de material de escritório para uso nas Promotorias de Justiça da Capital e do interior do Estado.

67 - A solução mais adequada ao caso proposto segundo o ordenamento jurídico constitucional é:

- (A) o servidor não deve tomar qualquer providência, eis que os princípios da legalidade e da publicidade o impedem de agir, sendo a atribuição para os atos de gestão exclusiva dos membros do *Parquet*;
- (B) o servidor deve adquirir o material no fornecedor que menor preço ofereça;
- (C) o servidor deve realizar a aquisição, conforme determinação recebida, que melhor resultado proporcione, com os meios escassos de que dispõe o MPERJ, e com menor custo possível;
- (D) o servidor deve adquirir o material do fornecedor que ofereça o melhor desconto para pagamento através de precatório ou empenho, conforme o princípio da reserva legal;
- (E) o servidor não pode adquirir o material, eis que somente através de concorrência licitatória poderia o material ser adquirido, conforme o princípio da legalidade.

68 - Considerando as normas constitucionais relativas à Administração Pública, assinale a afirmativa correta:

- (A) as compras realizadas pelo MP não se sujeitam ao princípio da licitação pública, eis que a Instituição possui autonomia administrativa e financeira;
- (B) a Constituição estabelece como regra a obrigatoriedade do procedimento licitatório, estabelecendo a legislação infraconstitucional as hipóteses específicas de inexigibilidade institucional, tal como ocorre com a lei orgânica nacional do Ministério Público;
- (C) a Constituição estabelece como regra a obrigatoriedade do procedimento licitatório, estabelecendo a legislação infraconstitucional as hipóteses específicas de dispensa institucional, tal como ocorre com a lei orgânica nacional do Ministério Público;
- (D) os contratos firmados pelo Ministério Público, inclusive para aquisição de material de consumo, sujeitam-se aos princípios da moralidade e da eficiência, sujeitando-se ainda à aprovação pelo Chefe do Poder Executivo em virtude do princípio da reserva legal;
- (E) o princípio da licitação pública é instrumental de realização dos princípios da moralidade administrativa e do tratamento isonômico dos contratantes com o Poder Público.

69 - Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, assinale a alternativa correta:

- (A) o Poder Legislativo possui como funções atípicas a fiscalização política-administrativa e a fiscalização financeira-orçamentária;
- (B) a fiscalização externa contábil, financeira e orçamentária do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade foi atribuída pela Constituição do Estado ao Poder Legislativo Estadual;
- (C) o Poder Legislativo tem a competência de exercer o controle financeiro externo das instituições públicas, exceto do Ministério Público e do Poder Judiciário, tendo em vista o princípio da separação de poderes;
- (D) o constituinte de 1988, ao instituir o sistema de controle interno de cada Poder, afastou a competência ordinária do poder legislativo para o controle externo;
- (E) a fiscalização externa contábil, financeira e orçamentária do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade são atribuídas pela Constituição Federal ao Tribunal de Contas da União.



70 - Considerando as normas constitucionais relativas à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, assinale a afirmativa correta:

- (A) o exercício do controle administrativo, financeiro e orçamentário interno é facultativo para o Ministério Público, tendo em vista sua autonomia administrativa e financeira;
- (B) o exercício do controle administrativo, financeiro e orçamentário interno tem como objetivo evitar o controle externo do Tribunal de Contas;
- (C) a manutenção de controle interno, facultativa por força do princípio da separação de poderes, destina-se a apoiar o controle externo do Poder Legislativo;
- (D) a manutenção de controle interno, obrigatória por determinação constitucional, destina-se a apoiar o controle externo do Poder Legislativo;
- (E) o controle interno destina-se a avaliar o cumprimento das metas orçamentárias, enquanto o controle externo visa à responsabilização criminal dos gestores públicos.

71 - Os responsáveis pelo controle interno do Ministério Público, ao tomarem conhecimento de irregularidades ou ilegalidades, devem:

- (A) dar ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade administrativa;
- (B) dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade patrimonial pessoal pelos valores objeto dos atos ou contratos administrativos irregulares ou ilegais;
- (C) dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de exclusiva responsabilidade administrativa;
- (D) comunicar os fatos irregulares ou ilegais ao Ministério Público Federal, eis que competente o Superior Tribunal de Justiça para julgamento das ações correspondentes;
- (E) reportar-se exclusivamente aos demais órgãos internos de controle, evitando assim ingerência externa no MPERJ, tudo conforme o princípio da autonomia funcional.

72 - Acórdão do Tribunal de Contas da União determinou a suspensão do pagamento da incorporação de reajuste de 26,05% dos proventos de Clotilde, servidora aposentada do Ministério Público Federal. Tal incorporação decorreu de sentença judicial de procedência em ação proposta pela servidora, já definitivamente julgada. Inconformada com a suspensão de pagamento determinada pelo TCU, Clotilde propõe medida judicial para reverter a situação. A melhor solução para o caso é a seguinte:

- (A) o TCU detém atribuição para realizar auditorias de natureza contábil e financeira nas unidades administrativas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser julgada improcedente a medida judicial de Clotilde;
- (B) a suspensão do pagamento foi ilegal, eis que determinada unilateralmente pelo órgão do Poder Legislativo, com violação à autonomia financeira do Ministério Público Federal, devendo a medida judicial de Clotilde ser julgada procedente;
- (C) a medida judicial de Clotilde deve ser julgada improcedente, eis que pelo princípio da separação de poderes uma decisão do Poder Judiciário não poderia desconstituir um acórdão proferido pelo TCU/Poder Legislativo;
- (D) o TCU não detém competência para fiscalização da legalidade das concessões de aposentadorias e pensões, eis que seu controle destina-se aos contratos administrativos referentes a pessoas jurídicas;
- (E) a suspensão do pagamento ofendeu o princípio da intangibilidade da coisa julgada, devendo ser julgada procedente a medida judicial de Clotilde com anulação do acórdão proferido pelo TCU.

73 - Considerando o texto constitucional vigente, assinale a alternativa que NÃO se insere nas funções institucionais do MP:

- (A) defesa judicial da vítima de delito, através da propositura de ação penal privada subsidiária da pública;
- (B) defesa judicial do interesse estatal primário, através de intervenção em mandados de segurança;
- (C) defesa judicial de direitos individuais de adolescentes infratores, através da propositura de *habeas corpus*;
- (D) defesa extrajudicial de direitos sociais prestacionais;
- (E) defesa judicial e extrajudicial dos interesses dos detentos do sistema prisional, referentes às condições de funcionamento deste.



74 - Os moradores de bairro carente do subúrbio do Município do Rio de Janeiro, atemorizados com a crescente onda de violência na localidade e inconformados com a total ausência de serviço público essencial de saúde na região, decidem procurar o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em busca de providências, bem como para fornecer informações sigilosas acerca do funcionamento do tráfico de drogas na localidade. Assinale a alternativa correta quanto à providência a ser tomada pelo Ministério Público:

- (A) podem ser empregadas medidas extrajudiciais, como a instauração de inquérito civil e requisição de instauração de inquérito policial, bem como medidas judiciais, tais como a ação civil pública para concretização do direito fundamental à saúde;
- (B) devem ser encaminhadas à Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro as informações que os moradores desejam fornecer acerca de fatos criminosos, com garantia de anonimato, não havendo atribuição dos Promotores de Justiça para colheita de oitivas e declaração de cidadãos diretamente;
- (C) não detém o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro atribuição para intervenção quanto à ausência de serviço de saúde no caso em exame, em virtude de incluir-se a fiscalização do Sistema Único de Saúde – SUS nas atribuições do Ministério Público Federal;
- (D) podem ser empregadas medidas extrajudiciais para investigação acerca da prática de crimes de tráfico de entorpecentes, inclusive com requisição de instauração de inquérito policial, não havendo, entretanto, atribuição para propositura de ação judicial visando o serviço público de saúde em virtude do princípio constitucional da separação de poderes, impeditivo de interferências no poder executivo;
- (E) podem os moradores prestar informações diretamente ao Promotor de Justiça, para fins de investigação criminal, não havendo, entretanto, atribuição do *Parquet* para defesa do direito à saúde em virtude da impossibilidade de controle judicial do poder discricionário da Administração.

75 - Relativamente à gestão orçamentária do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, é INCORRETO afirmar que:

- (A) se o MPERJ não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados da lei orçamentária vigente, observados os limites da lei de diretrizes orçamentárias;
- (B) os recursos próprios do MPERJ, não originários do Tesouro Estadual, prescindem de inclusão na proposta orçamentária anual, podendo ser utilizados discricionariamente pelo MPERJ, conforme sua autonomia financeira e administrativa;
- (C) os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte de cada mês;
- (D) durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou assunção de obrigações que extrapolem os limites da lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais;
- (E) a autonomia financeira traduz-se na prerrogativa que o MPERJ possui de elaborar sua proposta orçamentária, prevendo sua gestão financeira.

Leia atentamente e responda às questões 76 a 78.

Em setembro de 2006, quando do julgamento de Habeas Corpus, impetrado por detento do Estado de São Paulo, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do §1º do art.2º da Lei 8.072/90, que vedava a progressão de regime a condenados pela prática de crimes hediondos. Em dezembro último, o Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais de Rio Branco/AC indeferiu pedido de progressão de regime em favor de Miguel, condenado a pena de reclusão em regime integralmente fechado em decorrência da prática de crime hediondo.



76 - Acerca da decisão denegatória do Juízo de Execuções Penais de Rio Branco, de dezembro de 2006, assinale a alternativa que apresenta seu fundamento:

- (A) a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal tem eficácia *ex nunc*, devendo, em consequência, prosseguir no cumprimento das penas em regime fechado todos os demais condenados por crimes hediondos;
- (B) a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal tem eficácia *inter partes*, devendo prosseguir no cumprimento das penas em regime fechado todos os demais condenados por crimes hediondos;
- (C) a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal tem eficácia *erga omnes*, mas *ex tunc*, devendo em consequência prosseguir no cumprimento das penas em regime fechado todos os demais condenados por crimes hediondos que iniciaram o cumprimento da pena antes da decisão do Supremo Tribunal Federal;
- (D) a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal tem eficácia *erga omnes*, devendo, em consequência, obter progressão de regime todos os condenados, conforme o princípio da igualdade;
- (E) a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal tem eficácia *inter partes* somente após a edição de Resolução pelo Senado Federal, devendo em consequência prosseguir no cumprimento das penas em regime fechado todos os demais condenados por crimes hediondos.

77 - Miguel, inconformado com o indeferimento do pedido de progressão de regime pelo Juízo da Vara de Execuções Penais de Rio Branco, propõe medida judicial para impugnação da decisão. O veículo processual e o órgão jurisdicional que melhor solução apresentam para o caso, segundo o ordenamento jurídico constitucional, são:

- (A) reclamação / Supremo Tribunal Federal;
- (B) *habeas corpus* com pedido de declaração incidental de inconstitucionalidade / Superior Tribunal de Justiça;
- (C) ação direta de inconstitucionalidade / Supremo Tribunal Federal;
- (D) reclamação / Tribunal de Justiça do Estado do Acre;
- (E) apelação / Supremo Tribunal Federal.

78 - A referida declaração de inconstitucionalidade do §1º do art.2º da Lei 8.072/90 foi proferida no âmbito do controle:

- (A) concentrado de constitucionalidade, sendo certo que a Constituição de 1988 adotou o sistema de controle político de constitucionalidade;
- (B) concentrado de constitucionalidade, sendo certo que a Constituição de 1988 adotou o sistema de controle misto *a posteriori*, com verificação de compatibilidade de ações e omissões dos poderes constituídos;
- (C) difuso de constitucionalidade, o qual atribui com exclusividade aos Tribunais Superiores a competência para fiscalização da constitucionalidade *incidenter tantum*;
- (D) concentrado de constitucionalidade, eis que impetrado o *habeas corpus* diretamente no Supremo Tribunal Federal, no âmbito da competência originária deste;
- (E) difuso de constitucionalidade, sendo certo que a Constituição de 1988 adotou o sistema de controle jurisdicional da constitucionalidade.

79 - Acerca do controle de constitucionalidade na Constituição Brasileira, é correto afirmar que:

- (A) o controle repressivo de constitucionalidade é exercido pelo Poder Judiciário, através da via de ação, e pelo Poder Executivo através do veto com fundamento na inconstitucionalidade;
- (B) o controle repressivo de constitucionalidade é exercido pelo Poder Judiciário, através das vias de ação e de exceção, e pelo Poder Executivo através do veto com fundamento na inconstitucionalidade;
- (C) o controle preventivo é jurisdicional, exercido pelo Supremo Tribunal Federal através da ação declaratória de constitucionalidade;
- (D) adota-se apenas o sistema de controle repressivo jurisdicional de constitucionalidade, eis que se trata de constituição rígida;
- (E) o sistema preventivo de controle de constitucionalidade é exercido pelo Legislativo e Executivo.



80 - Acerca da declaração de inconstitucionalidade por omissão, pode-se afirmar que:

- (A) em se tratando de omissão legislativa, será dada ciência ao poder competente, com fixação de prazo não inferior a trinta dias, sob pena de violação do princípio da separação de poderes;
- (B) em se tratando de omissão administrativa, sem caracterização de lacuna legislativa, suprirá o Supremo Tribunal Federal a omissão, em observância ao princípio da legalidade;
- (C) em se tratando de omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao poder competente para adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias;
- (D) em se tratando de omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional assecuratória de direito fundamental, será dada ciência ao poder competente para adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias;
- (E) tanto nas hipóteses de omissão legislativa como nos casos de omissão administrativa, será suprida a omissão através da ação de descumprimento de preceito fundamental.

DIREITO ADMINISTRATIVO

81 - A respeito do mandado de segurança, analise as afirmativas a seguir:

- I - Está previsto no artigo 5º, LXIX da Constituição Federal de 1988 e na Lei 1533/51. Visa proteger a liquidez e a certeza de um direito, individual ou coletivo, lesado ou ameaçado de lesão, por ato de autoridade, por meio de ação de natureza cível e sumária;
- II - A expressão "direito líquido e certo" pressupõe a incidência da regra jurídica sobre fatos incontroversos. A complexidade da questão jurídica envolvida não pode constituir empecilho à admissão do mandado de segurança;
- III - Havendo decisão concluindo que os fatos narrados na inicial não estão suficientemente provados, ocorre a carência de ação, não julgando o mérito. Nesse caso o impetrante fica impedido de pleitear seu direito em nova demanda.

A(s) afirmativa(s) correta(s) é/são somente:

- (A) I;
- (B) I e II;
- (C) I e III;
- (D) II e III;
- (E) I, II e III.

82 - O mecanismo de intervenção do Estado na propriedade privada, como ato administrativo unilateral, auto-executório, transitório, mediante indenização ulterior, fundado em necessidade pública inadiável e urgente, corresponde:

- (A) ao tombamento;
- (B) à desapropriação;
- (C) à requisição administrativa;
- (D) à concessão de uso;
- (E) à servidão administrativa.

83 - O controle administrativo prévio, concomitante ou posterior, por meio do qual se exerce o controle de ofício ou provocado, seja ele de legalidade ou de mérito, decorre:

- (A) da imprescritibilidade administrativa;
- (B) da separação de competências funcionais;
- (C) do princípio da motivação;
- (D) do direito de petição;
- (E) da hierarquia orgânica.

84 - O Município de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, autorizou à associação de artistas plásticos a instalação, em praça pública localizada no centro da cidade, de uma feira para venda de quadros e esculturas. Passados 6 (seis) anos o novo Prefeito de Macaé extinguiu o ato de autorização para realização da feira, alegando que a mesma não traz benefícios fiscais e culturais para a Cidade. Pode o Prefeito extinguir a mencionada autorização? A melhor resposta a esse questionamento é:

- (A) sim, tendo em vista que essa autorização é um ato precário e pode ser objeto de revogação;
- (B) sim, tendo em vista que essa autorização é um ato precário e pode ser objeto de anulação;
- (C) não, tendo em vista que essa autorização só é um ato precário até atingir cinco anos;
- (D) não, tendo em vista que essa autorização é um ato vinculado, somente passível de anulação por decisão judicial;
- (E) não, tendo em vista que essa autorização não constitui ato precário, passível de revogação por decisão judicial.



85 - Devem ser punidos nos termos da normativa de regência os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a Administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual. Isso posto, analise as afirmativas a seguir.

Os atos de improbidade administrativa importam em:

- I - suspensão dos direitos políticos;
- II - perda da função pública;
- III - indisponibilidade dos bens;
- IV - ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Estão corretas somente as afirmativas:

- (A) I, II e III;
- (B) I, II e IV ;
- (C) I, III e IV;
- (D) II, III e IV;
- (E) I, II, III e IV.

86 - Quando se está diante de um ato administrativo oriundo de um órgão colegiado, e que representa a vontade majoritária dos seus componentes, o mesmo se materializa por meio de:

- (A) decreto;
- (B) deliberação;
- (C) resolução conjunta;
- (D) portaria conjunta;
- (E) ordem de serviço.

87 - Ratificação, reforma ou conversão são meios de:

- (A) conformação de atos administrativos instrumentais;
- (B) desfazimento de atos administrativos nulos;
- (C) convalidação de atos administrativos viciados;
- (D) revogação de atos administrativos anulados;
- (E) anulação de atos administrativos revigorados.

88 - Quando um concessionário de serviço público descumpre condições necessárias à manutenção do contrato e seus efeitos, a Administração Pública deve se valer da:

- (A) caducidade;
- (B) encampação;
- (C) anulação;
- (D) revogação;
- (E) invalidação.

89 - O art. 3º da Lei de licitações públicas (Lei nº 8666/93) dispõe que o certame destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Será processada e julgada em estrita conformidade com alguns princípios básicos, entre eles o princípio do julgamento objetivo e os que lhe são correlatos. Isso implica que:

- (A) todo o processo licitatório se submeta, em todos os seus atos, às regras que forem especificamente baixadas para a licitação anunciada, sob a forma de convite, inclusive e notadamente as que definam os critérios para julgamento;
- (B) nenhuma decisão, interlocutória ou final, poderá ser tomada pela Administração se não estiver rigorosamente vinculada à lei;
- (C) a Administração tem o dever de justificar seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato, assim como a correlação lógica entre os eventos e situações que deu por existentes e a providência tomada, nos casos em que este último esclarecimento seja necessário para aferir-se a consonância da conduta administrativa com a lei que lhe serviu de arrimo;
- (D) a Administração Pública deve obstaculizar atuações geradas por antipatias, simpatias, objetivos de vingança, represálias, nepotismo e favorecimentos diversos;
- (E) a Administração Pública deve escolher a proposta mais vantajosa com base única e exclusivamente nos critérios quantitativos e qualitativos expressamente dispostos no edital, sendo vedada introdução de novos critérios, bem como a interpretação extensiva de exigências não expressamente requeridas no edital ou convite.



90 - Em termos de modalidade de licitação, analise as afirmativas a seguir:

- I - A *concorrência* deve ser adotada nos casos em que os interessados devem comprovar que possuem os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital nas contratações de grande vulto. Por isso exige maior rigor formal e grande publicidade.
- II - A *tomada de preços* ocorre nos casos em que participam interessados cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas; observadas a necessária qualificação.
- III - O *convite* se dirige apenas aos interessados do ramo pertinente ao seu objeto que estejam cadastrados na entidade licitante, escolhidos e convidados em número mínimo de 2 ou 3 pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório.
- IV - O *concurso* se realiza entre quaisquer interessados somente nos casos de escolha de trabalho artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- V - O *leilão* é o instrumento correto para os casos de venda de bens imóveis de uso comum ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

Estão corretas somente as afirmativas:

- (A) I e II;
- (B) I, III e V;
- (C) II, III e IV;
- (D) III, IV e V;
- (E) IV e V.

91 - Toda permissão de serviço público pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nas normas pertinentes e no respectivo contrato. Nos termos da norma regedora das concessões e permissões de serviços públicos, serviço adequado se caracteriza por:

- (A) compreender a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e a expansão do serviço;
- (B) representar um número suficiente de obras e equipamentos para a prestação do serviço público, bem como a necessária prestação de contas à sociedade;
- (C) satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas;
- (D) agilizar o atendimento dos usuários, prestando todas as informações necessárias à utilização adequada dos serviços permitidos;
- (E) garantir a adequação dos meios aos fins necessários à prestação dos serviços públicos permitidos.

92 - Só se classifica um contrato firmado pela Administração Pública com particulares como sendo um contrato administrativo quando estiverem presentes as denominadas *cláusulas exorbitantes*. Essa afirmação é:

- (A) falsa, pois a Administração não pode agir arbitrariamente durante o contrato;
- (B) falsa, pois a Administração não pode agir discricionariamente durante o contrato;
- (C) verdadeira, pois a Administração tem o poder de impor sua vontade sem qualquer limite;
- (D) falsa, pois a Administração pode substituir o contratado a qualquer tempo;
- (E) verdadeira, pois a Administração tem uma posição preponderante no contrato.



93 - Salvo os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados pelo Poder Público com os particulares mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes. NÃO se aplica o princípio da licitação pública nos seguintes casos:

- (A) dispensa e imunidade;
- (B) inexigibilidade e pregão;
- (C) pregão e leilão;
- (D) dispensa e inexigibilidade;
- (E) leilão e inexigibilidade.

94 - De acordo com o objeto e com as peculiaridades do ajuste, consideram-se espécies de contrato administrativo, para os fins da Lei nº 8666/93:

- (A) obras, compras, alienações e consórcios;
- (B) obras, serviços, compras e alienações;
- (C) compras, serviços, alienações e participações;
- (D) compras, alienações, participações e obras;
- (E) serviços, alienações, participações e consórcios.

95 - Até a Emenda Constitucional nº 19/98 vigorou o Regime Jurídico Único. Por esse regime todos os servidores da Administração Pública deveriam seguir o regime estatutário. Desde 1998, por força das alterações introduzidas pela citada emenda, a Administração Pública possui dois regimes jurídicos básicos para reger a sua relação com os servidores:

- (i) regime jurídico estatutário;
- (ii) regime jurídico celetista.

A diferença entre ambos consiste em:

- (A) servidores públicos estatutários são aqueles cuja relação jurídica de trabalho é disciplinada por diplomas legais específicos, nos quais estão inscritas todas as regras que incidem sobre a relação jurídica, razão por que nelas se enumeram os direitos e deveres dos servidores e do Estado. Os servidores públicos trabalhistas (ou celetistas) são assim qualificados porque as regras disciplinadoras de sua relação de trabalho são as constantes da Consolidação das Leis do Trabalho. Seu regime básico, portanto, é o mesmo que se aplica à relação de emprego no campo privado, com as exceções pertinentes à posição especial de ambas as partes;

- (B) servidores públicos estatutários são aqueles cuja relação jurídica de trabalho é disciplinada por diplomas legais específicos, nos quais estão inscritas todas as regras que incidem sobre a relação jurídica, razão por que nelas se enumeram os direitos e deveres dos servidores e do Estado. Os servidores públicos trabalhistas não são assim qualificados por haver vinculação às regras disciplinadoras de sua relação de trabalho com as constantes da Consolidação das Leis do Trabalho. Seu regime básico, na verdade, se aplica de forma especial, não se equiparando à relação de emprego no campo privado;
- (C) servidores públicos estatutários são aqueles cuja relação jurídica de trabalho é disciplinada por estatutos elaborados pela classe profissional à qual o servidor passará a estar vinculado, nos quais estão inscritas todas as regras que incidem sobre a relação jurídica, razão por que nelas se enumeram os direitos e deveres dos servidores e do Estado. Os servidores públicos trabalhistas (ou celetistas) são assim qualificados porque as regras disciplinadoras de sua relação de trabalho são as constantes da Consolidação das Leis do Trabalho. Seu regime básico, portanto, é o mesmo que se aplica à relação de emprego no campo privado, com as exceções pertinentes à posição especial de ambas as partes;
- (D) servidores públicos estatutários são aqueles cuja relação jurídica de trabalho é disciplinada por estatutos elaborados pela classe profissional à qual o servidor passará a estar vinculado, nos quais estão inscritas todas as regras que incidem sobre a relação jurídica, razão por que nelas se enumeram os direitos e deveres dos servidores e do Estado. Os servidores públicos trabalhistas não são assim qualificados por haver vinculação às regras disciplinadoras de sua relação de trabalho com as constantes da Consolidação das Leis do Trabalho. Seu regime básico, na verdade, se aplica de forma especial, não se equiparando à relação de emprego no campo privado;
- (E) servidores públicos estatutários são assim qualificados porque as regras disciplinadoras de sua relação de trabalho são as constantes da Consolidação das Leis do Trabalho. Seu regime básico, portanto, é o mesmo que se aplica à relação de emprego no campo privado, com as exceções pertinentes à posição especial de ambas as partes. Os servidores públicos trabalhistas (ou celetistas) são aqueles cuja relação jurídica de trabalho é disciplinada por diplomas legais específicos, nos quais estão inscritas todas as regras que incidem sobre a relação jurídica, razão por que nelas se enumeram os direitos e deveres dos servidores e do Estado.



96 - Acerca da responsabilidade civil estatal, é INCORRETO afirmar que:

- (A) mediante a possibilidade de responsabilização, o administrado tem assegurada a certeza de que todo dano a direito seu ocasionado pela ação de qualquer funcionário público no desempenho de suas atividades será reparado pelo Estado;
- (B) a consagração da responsabilidade civil do Estado constitui imprescindível mecanismo de defesa do cidadão face ao Poder Público. A responsabilidade do Estado é subjetiva, porque se impõe ao particular, lesado por uma atividade de caráter público (ou alguma omissão), que demonstre a culpa do Estado ou de seus agentes;
- (C) a responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado consiste na obrigação que lhe incumbe de reparar economicamente os danos lesivos à esfera juridicamente garantida de outrem e que lhe sejam imputáveis em decorrência de comportamentos unilaterais, lícitos ou ilícitos, comissivos ou omissivos, materiais ou jurídicos;
- (D) a responsabilidade estatal não se confunde com a de seu funcionário, uma vez que este último, no exercício de suas funções, pode causar dano tanto a bens estatais quanto a de particulares. Em ambos os casos, comprovada sua culpa, deverá ressarcir os prejuízos causados;
- (E) o cidadão lesionado em seu direito por ato decorrente do agir estatal não depende de culpa para requerer sua indenização, pois pode acionar diretamente o Estado, que responderá sempre que demonstrado o nexo de causalidade entre o ato do seu funcionário e o dano injustamente sofrido pelo indivíduo. A culpa do administrador apenas será discutida em um segundo momento, caso o Estado impetre ação de regresso.

97 - O direito ao recurso na esfera administrativa encontra-se constitucionalmente consagrado. A esse respeito, veja-se o disposto no art. 5º, LV, da Constituição Federal: “Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”. NÃO constitui instrumento e meio de controle administrativo:

- (A) controle ministerial;
- (B) hierarquia orgânica;
- (C) direito de petição;
- (D) revisão recursal;
- (E) revisão judicial.

98 - A situação jurídica pela qual o administrado ou a própria Administração perdem o direito de formular pedidos ou firmar manifestações em virtude de não o terem feito no prazo adequado configura:

- (A) coisa julgada administrativa;
- (B) decadência administrativa;
- (C) trânsito em julgado;
- (D) *Reformatio in Pejus*;
- (E) prescrição administrativa.

99 - Os atos administrativos são classificados para efeito de seus estudos. Nesse sentido, alguns critérios são sistematizados pela doutrina, entre eles o critério da liberdade de ação do Administrador Público. Esse critério abrange:

- (A) atos gerais e atos individuais;
- (B) atos simples, atos compostos e atos complexos;
- (C) atos de império e atos de gestão;
- (D) atos vinculados e atos discricionários;
- (E) atos eficazes e atos ineficazes.

100 - Acerca do instituto da *reversibilidade dos bens públicos*, analise as seguintes afirmativas:

- I - Constitui um preceito tradicional nas leis brasileiras referentes às concessões de serviços públicos, de modo que, extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.
- II - A reversão pode ser definida como a entrega, pelo concessionário ao poder concedente, dos bens vinculados ou não à concessão.
- III - A reversão está em consonância com o princípio da continuidade do serviço público.
- IV - Constitui um corolário do contrato de concessão, em que o concessionário se coloca transitoriamente em lugar do Poder Público concedente para a prestação de um serviço de titularidade deste.

Estão corretas somente as afirmativas:

- (A) I e II;
- (B) I, II e IV;
- (C) I, III e IV;
- (D) III e IV;
- (E) I, II, III e IV.



Núcleo de Computação Eletrônica
Universidade Federal do Rio de Janeiro

TRADIÇÃO, EXPERIÊNCIA E SÉRIEDADE EM CONCURSOS PÚBLICOS

Há 35 anos, o NCE/UFRJ vem construindo uma imagem de solidez e competência.

Considerado um centro de excelência em Informática no país, o NCE/UFRJ tem marcante atuação no ensino e pesquisa, bem como no desenvolvimento de projetos, consultorias e concursos.

Grandes empresas e órgãos governamentais confirmam nossa capacidade de realização de concursos em todo o território nacional.

WWW.NCE.UFRJ.BR/CONCURSOS
(21) 2598-3333



SEGURANÇA



TECNOLOGIA



INFORMAÇÃO

